



CNC: endividamento das famílias sobe para 82%, mas inadimplência cai

Redução da taxa de juros ainda é insuficiente, avaliam entidades

Página 3

Famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para bets em 2025

Página 4

Previsão do Tempo

Sexta: Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.



Manhã



Tarde



Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,10
Venda: 5,10

Turismo
Compra: 5,12
Venda: 5,30

EURO

Compra: 5,87
Venda: 5,87

Lei garante frete mínimo no transporte de cargas; saiba o que muda



Página 4

Leilões de petróleo em outubro terão recorde de áreas em disputa

Página 4

Enel aciona plano de contingência após alerta de ciclone em São Paulo

Página 2

Lei que aumenta punição a crimes digitais contra crianças é sancionada

Página 6

Esporte

Segundo lugar e liderança do campeonato para o McLaren Artura GT4 da Eurobike

A equipe Eurobike MC Tubarão saiu com um saldo positivo das 3 Horas de Santa Cruz do Sul, quinta prova do Endurance Brasil 2026. Kim Camelo e André Negrão levaram o McLaren Artura GT4 ao segundo lugar na prova, resultado que lhes deu a liderança isolada do campeonato na classe GT4. A dupla chegou a liderar e recebeu a bandeira a apenas dois segundos do Porsche 718 Cayman GT4 RS Clubsport do trio formado por Giuliano Bertucelli, Luiz Landi e Enrico Pedrosa.

O BoP (balanço de desempenho) determinado pelo regulamento do Endurance Brasil fez o McLaren Artura disputar a prova de Santa Cruz do Sul com um acréscimo de peso maior do que o adotado em outras etapas. Mesmo assim, Camelo e Negrão conseguiram

ganhar posições durante a prova e assumiram o primeiro lugar antes da última rodada de pit stops. Depois da parada, voltaram à pista em segundo lugar, descontando rapidamente a distância que separava o McLaren e o Porsche líder. Um período de bandeira amarela nas voltas finais diminuiu o tempo de prova disponível para tentar uma maior aproximação. O segundo lugar, entretanto, foi suficiente para colocar os pilotos do McLaren Artura GT4 na liderança isolada do campeonato.

O carro disputa o Endurance Brasil com apoio da UK Motors, importadora da McLaren no País. Competindo em caráter excepcional com um Ford Mustang, Cícero Nasser e Enzo Sala foram classificados em sexto lugar na GT4. A perda de uma roda fez o carro parar no meio do circuito e

o carro não recebeu a bandeira, mas a distância percorrida foi suficiente para os dois pilotos receberem os pontos referentes à colocação obtida. Na próxima prova, dia 12 de setembro em Interlagos, Nasser e Sala deverão voltar ao carro habitual da Eurobike MC Tubarão, um BMW M4 GT4.

Eurobike: mais de 20 anos sendo Guiados Por Emoção

A Eurobike iniciou suas atividades em 2002 na cidade de Ribeirão Preto (SP). Já naquele primeiro momento, a empresa estabeleceu suas propostas: focar no mercado de carros esportivos e de luxo, ir além da venda de automóveis e serviços e oferecer produtos e experiências diferenciadas para seus clientes.

Atualmente, a Eurobike concentra-se nas marcas BMW e



McLaren Artura GT4, segundo colocado nas 3 Horas de Santa Cruz do Sul com Camelo e Negrão

BMW Motorrad (Brasília, Campinas e Ribeirão Preto), Cadillac (São Paulo), MINI (Brasília e Ribeirão Preto), Porsche (Brasília e Goiânia) e Zeekr (Brasília). As

vendas de seminovos Premium são feitas pela divisão Eurobike Special, presente em todas as cidades nas quais a Eurobike atua com as concessionárias de car-

ros zero quilômetro. Em 2021, os controladores da Eurobike uniram-se aos da Stuttgart para criar a UK Motors, importadora e representante das marcas Aston Martin e McLaren (esta, trazida oficialmente pela Eurobike entre 2018 e 2021).

O slogan da Eurobike ("Guiados Por Emoção") se aplica a todas as atividades da empresa. Ela está presente nas pistas por meio da participação em categorias do automobilismo brasileiro nas quais seja possível inscrever modelos das marcas representadas pelo grupo. Todas as atividades da Eurobike, inclusive as de incentivo cultural e esportivo, são divulgadas nas redes sociais da empresa e na revista Eurobike Magazine, cuja edição impressa é distribuída nas concessionárias.

Alessandro Borges Soares é campeão mundial sub-20 do arremesso do peso



Alessandro no Pan Junior 2025

Alessandro Borges Soares (Praia Clube-CEMIG-Exercício-Futol-MG) conquistou a medalha de ouro no arremesso do peso no primeiro dia de disputas do Campeonato Mundial

Sub-20 do Oregon (EUA). O paulista de Araçatuba (SP), de 19 anos, fez a melhor marca de sua vida, 20,35 metros, com o peso de 6 kg, para ser o quarto brasileiro a ser campeão mundial da categoria.

No total, o Atletismo Brasil tem agora 16 medalhas em Mundiais Sub-20 – quatro de ouro, duas de prata e dez de bronze. O arremessador brasileiro chegou ao Mundial como um dos favoritos ao pódio. Tinha a 5ª marca do mundo na categoria, 20,29 metros, conquistada em 4 de julho. Alessandro disputou no lendário estádio Hayward Field, da Universidade do Oregon, em Eugene (EUA), o seu segundo Mundial Sub-20. Na edição de 2024, realizada em Lima (Peru), não conseguiu passar à final. Na qualificatória realizada pela manhã em Eugene, tarde pelo horário de Brasília, Alessandro precisou de apenas um arremesso para se classificar à final. Fez 19,63 m – a marca de corte era 19,50 m – terceiro melhor resultado da etapa. Alessandro começou no atletismo no projeto de base da Associação Cultural Nipo-Brasileira, em sua cidade natal, no ano de 2022. Desde então, é treinado por André Maria Pereira Brito. Na prova feminina, a tricampeã brasileira sub-20 teve uma apresentação consistente na prova mais rápida do Mundial e terminou na 14ª posição geral. Na primeira rodada, fez sua melhor marca do ano, 11,53 (-0,1). Na semi, marcou 11,56 (0,4). O Brasil também teve Victoria Campos (EC Praia Grande-SP), que parou na primeira corrida com o tempo de 11,87 (1,9). Na disputa masculina, Michael também terminou com a melhor marca do ano. Na primeira rodada, fez 10,37 (0,2) e venceu a sua série. Melhorou seu tempo na semifinal, com 10,35 (0,1), e terminou na 11ª posição. Jean da Silva Castro (Instituto Suman-SP) disputou

peão pan-americano da categoria. Nos 100 metros, Hakelly Maximiano (AEC Macaê-RJ) e Michel Cruz Araújo (ASA Sorriso-MT) chegaram à semifinal. Na prova feminina, a tricampeã brasileira sub-20 teve uma apresentação consistente na prova mais rápida do Mundial e terminou na 14ª posição geral. Na primeira rodada, fez sua melhor marca do ano, 11,53 (-0,1). Na semi, marcou 11,56 (0,4). O Brasil também teve Victoria Campos (EC Praia Grande-SP), que parou na primeira corrida com o tempo de 11,87 (1,9). Na disputa masculina, Michael também terminou com a melhor marca do ano. Na primeira rodada, fez 10,37 (0,2) e venceu a sua série. Melhorou seu tempo na semifinal, com 10,35 (0,1), e terminou na 11ª posição. Jean da Silva Castro (Instituto Suman-SP) disputou

a primeira fase e não avançou, com o resultado de 10,58 (0,1). Na etapa de abertura do Mundial, o Brasil também esteve na disputa da primeira rodada dos 800 metros masculino e da qualificatória do lançamento do dardo. Josué Barros Natividade (CASO-DF) fez seu recorde pessoal, 1:49,41, na segunda série, e conquistou o 8º melhor tempo da rodada eliminatória, mas não avançou à semifinal. Luan de Castro dos Santos (Futuro Olímpico Arnaldo de Oliveira-RJ) correu a 3ª série e foi desclassificado. No dardo, Pedro Faustino da Silva (AD Criciúma-SC) alcançou a marca de 59,73 metros e terminou na 24ª posição. As Loterias Caixa e a Caixa são patrocinadoras máster do Atletismo Brasil.

Enel aciona plano de contingência após alerta de ciclone em São Paulo

A Enel anunciou na manhã da quinta-feira (6) que acionou seu plano de contingência para eventos climáticos, após alerta da Defesa Civil do estado sobre a ocorrência de um ciclone extratropical no Sul do país, que deve provocar rajadas de ventos de até 70 km/h em São Paulo a partir desta tarde.

A empresa afirma ter reforçado as equipes operacionais e os canais de atendimento ao cliente para eventuais ocorrências que possam afetar o fornecimento de energia nas 24 cidades atendidas pela empresa, incluindo a capital paulista.

No dia 29 de julho, uma forte

ventania, com rajadas que alcançaram 125 km/h, provocou muitos estragos e pelo menos seis mortes nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

Segundo a Enel, 106 mil clientes chegaram a ficar sem energia elétrica na área de concessão, que abrange a cidade de São Paulo e a região metropolitana. Na capital paulista, o pico do apagão foi de 62 mil imóveis sem luz.

Em situações de contingência, a Enel orienta os clientes a priorizarem o registro de ocorrências de falta de energia pelo site, aplicativo Enel (disponível para

iOS e Android) e WhatsApp Eleina: (21) 99601-9608.

A Defesa Civil de São Paulo instalou na quinta-feira (6) o gabinete de crise para monitorar um ciclone-bomba que atinge o Sul do país, e pode causar ventos de até 100 km/h.

O gabinete deve funcionar até sábado (8). Segundo o CGE (Centro de Gerenciamento de Emergências Climáticas), além dos fortes ventos, o ciclone-bomba caracterizado por ventos intensos e aproximação do continente deve trazer chuvas moderadas nesta sexta (7) e no sábado.

Na sexta-feira e no sábado,

está previsto alerta vermelho com rajadas que podem alcançar os 100 km/h, principalmente no litoral paulista, faixa leste do estado e regiões de serra.

Já no domingo (9), a previsão é de alerta amarelo, com os ventos se deslocando gradualmente para o Rio de Janeiro e chuvas, com mais intensidade no litoral sul, no Vale do Ribeira, e na região de Sorocaba.

As rajadas de vento, de acordo com a Defesa Civil, podem causar queda de árvores, destelhamento, interrupção de energia, queda de placas, desabamento de estruturas, dificuldades de tráfego, impactos em aeroportos e agitação marítima.

As chuvas, por sua vez, podem provocar alagamentos, enxurradas, deslizamentos de terra e transbordamento de córregos.

O vento também pode intensificar incêndios, principalmente no sábado. A Defesa Civil afirmou que vai monitorar e emitir alertas para as regiões com maior risco de focos, com destaque para as faixas norte, que compreende as cidades no limite com Minas Gerais e as cidades da região de São José do Rio Preto e Araçatuba.

ORIENTAÇÕES

- Evite ficar perto de árvores, fios, postes, toldos, placas e telha cuidada ao dirigir;

- Quem estiver no litoral paulista deve evitar locais abertos, entrar no mar e utilizar transporte marítimo;

- Em situações de emergência, o atendimento pode ser solicitado pelos telefones 199, da Defesa Civil, e 193, do Corpo de Bombeiros;

- Para receber alertas gratuitos da Defesa Civil por SMS, cadastre o CEP de interesse enviando uma mensagem de texto para o número 40199.

Centro Paula Souza divulga calendário do Vestibular das Fatecs para o 1º semestre de 2027

O Centro Paula Souza (CPS) divulga na quinta-feira (6) o calendário para o Vestibular 2027 das Faculdades de Tecnologia do Estado de São Paulo (Fatecs) para ingresso em cursos superiores gratuitos em diversas áreas.

As inscrições para o exame iniciam no dia 14 de setembro, exclusivamente pelo site vestibular.fatec.sp.gov.br, mas a oportunidade de garantir isenção ou redução da taxa de participação começa em 24 de agosto (confira todas as datas abaixo). A prova será em 13 de dezembro.

A lista conta com mais de 100 cursos de diversas áreas como Gestão e Negócios, Engenharia, Comunicação, Infraestrutura e Produção Industrial. Os cursos têm alta taxa de empregabilidade

e rápida inserção no mercado de trabalho. Para acompanhar o calendário e todas as novidades do Vestibular das Fatecs, basta acessar o site vestibular.fatec.sp.gov.br.

Confira o calendário do Vestibular das Fatecs:

De 24 de agosto até 11 de setembro: Inscrições para isenção/redução de taxa e envio da documentação via upload

De 14 setembro até as 15h de 6 de novembro: Inscrições para o vestibular

9 de dezembro, a partir das 15h: Divulgação dos locais de prova

13 de dezembro: Exame

18 de janeiro de 2027, a partir das 15h: Divulgação da classifica-



Foto: Roberto Nunez

São mais de 100 cursos de diversas áreas como Gestão e Negócios, Engenharia, Comunicação, Infraestrutura, Produção Industrial.

cação geral com desempenho dos candidatos e convocação da

primeira chamada para matrícula. (Governo de SP)

Crianças do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental contam com plataformas digitais para apoiar estudos na escola e em casa



Foto: Divulgação Governo de SP

Recurso permite que os estudantes pratiquem a leitura orientada pelos professores ou de forma autônoma em computadores

As mais de 500 mil crianças matriculadas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental na rede estadual de São Paulo têm à disposição ferramentas digitais que auxiliam no desenvolvi-

mento da leitura e do raciocínio lógico, como apoio às aulas nas escolas e também fora do horário escolar. O acesso ao acervo de livros da plataforma Elefante Letrado e aos jogos interativos da Matific é feito pelo portal Sala do Futuro, também disponível por aplicativo.

Para o fortalecimento da alfabetização e da leitura, a ferramenta Elefante Letrado disponibiliza uma biblioteca com centenas de livros digitais e atividades interativas organizadas conforme a faixa etária.

O recurso permite que os estudantes pratiquem a leitura orientada pelos professores ou de forma autônoma em computadores, tablets ou celulares, além de auxiliar no acompanhamento da evolução

da compreensão leitora. As crianças também podem complementar albums de figurinhas, que são liberadas quando as obras são concluídas.

Já o aprendizado de matemática é apoiado pela plataforma Matific, que utiliza jogos e desafios voltados ao desenvolvimento de habilidades do raciocínio lógico. As atividades são estruturadas de acordo com o nível de aprendizagem de cada estudante e abordam conteúdos previstos no currículo escolar.

Para acessar os recursos em casa, os estudantes e responsáveis devem entrar no portal ou no aplicativo Sala do Futuro utilizando o login e senha da Secretaria Escolar Digital (SED). (Governo de SP)

Agosto Dourado: veja programação de hospitais da Grande SP para incentivar o aleitamento materno

Em celebração ao Agosto Dourado, campanha dedicada à promoção, proteção e ao apoio ao aleitamento materno, hospitais estaduais da capital e da Grande São Paulo realizam, ao longo deste mês, uma série de atividades voltadas à conscientização sobre a importância da amamentação.

O Hospital Geral de Cotia preparou um ciclo de palestras com especialistas nos dias 7 e 26 de agosto, abordando práticas assistenciais que favorecem o sucesso da amamentação. Durante todo o mês, a unidade também promoverá atividades educativas e ações de sensibilização junto às equipes assistenciais.

No Hospital Geral de Itapeirica da Serra, as ações acontecem até esta sexta-feira (7) e incluem distribuição de laços dourados, murais informativos, atividades interativas, reconhecimento às mães que amamentam e às doadoras de leite humano, além de rodas de conversa e palestras sobre aleitamento materno e seus aspectos emocionais.

Já o Hospital Estadual Sapopemba tem programação para os colaboradores, com olimpíadas de conhecimento, quizzes, desafios



Foto: Divulgação Governo de SP

práticos, gincanas e dinâmicas educativas sobre amamentação.

Entre os dias 10 e 14 de agosto, o Hospital Estadual Vila Alpina realiza palestras, rodas de conversa, orientações individuais às mães, distribuição de materiais educativos e atividades voltadas ao incentivo ao aleitamento materno.

A Maternidade Estadual Franco da Rocha promove, também no dia 7 de agosto, um simpósio com especialistas para discutir saúde mental materna, boas práticas no início da amamentação, manejo das primeiras dificuldades, fisiologia da sucção e o uso adequado de acessórios durante

o aleitamento.

O Hospital Maternidade Interlagos realiza, no dia 26 de agosto, o 3º Encontro Agosto Dourado, com palestras sobre aleitamento materno, avaliação do fênelo lingual, frenectomia e espaço para troca de experiências entre profissionais da assistência. A programação do mês inclui ainda o XIX Encontro do Aleitamento Materno da Região Sul - SMAM 2026, que reunirá profissionais de diferentes instituições para discutir estratégias de fortalecimento da amamentação e o manejo das principais intercorrências relacionadas ao aleitamento.

materno.

O Estado de São Paulo conta com 58 Bancos de Leite Humano (BLHs) e 53 Postos de Coleta de Leite Humano (PCLHs), que atuam para garantir a segurança alimentar de recém-nascidos internados em unidades neonatais. Sempre que possível, os bebês recebem o leite da própria mãe e, quando isso não é viável, o leite doado por outras lactantes. Para os recém-nascidos internados, esse alimento reduz o risco de complicações da prematuridade, como a enterocolite necrosante.

Quem deseja se tornar doadora de leite humano pode consultar a relação dos bancos de leite e postos de coleta mais próximos de sua residência em <https://tblh.fiocruz.br/como-donar-leite-materno>.

As mulheres interessadas em doar leite humano devem entrar em contato com o Banco de Leite Humano (BLH) mais próximo de sua residência. A equipe fornecerá todas as orientações necessárias para o cadastro como doadora.

Após o cadastro, a doadora receberá orientações sobre a coleta e o armazenamento do leite humano, além do material necessário para a extração. (Governo de SP)

CESAR NETO

www.jornalistacesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra vereadores(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

PREFEITURA (São Paulo)

O dia é hoje e a hora é agora ... pro prefeito e secretários(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

ASSEMBLEIA (São Paulo)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra deputados(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

GOVERNO (São Paulo)

O dia é hoje e a hora é agora ... pro governador do Estado e secretários(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

CONGRESSO (Brasil)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra deputados(as) e senadores(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

PRESIDÊNCIA (Brasil)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra presidente e ministros(as) que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

PARTIDOS (Brasil)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra donos(as) dirigentes das legendas que se identificam como cristãos demonstrarem às políticas do mundo que é possível incorporar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

JUSTIÇAS (Brasil)

O dia é hoje e a hora é agora ... pra julgadores - no Supremo - que se identificam como cristãos demonstrarem às justíças do mundo que é possível incorporar e usar as Éticas do Cristo e o Caráter de DEUS

ANO 34

O jornalista Cesar Neto faz uso da Inteligência Espiritual. Desde 1993 na imprensa (Brasil), nossa coluna diária de política recebeu "Medalha Anchieta" da Câmara (São Paulo) e "Colar de Honra ao Mérito" da Assembleia (SP) ... por se tornar referência das Liberdades [Concedidas por DEUS] ... X @cesarnetoreal

cesar@jornalistacesarneto.com

APALAVRA - "Senhor, tu tens sido o nosso refúgio, de geração em geração" Salmos 90.1

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação

Matriz:
Rua Carlos Comenale, 263
3º andar - Bela Vista - SP
CEP: 01332-030
Filial: Curitiba / PR

Assinatura on-line

Mensal: R\$ 20,00

Publicidade Legal

Atas, Balanços e

Convocações

Fone: 11 3258-1822

Comercial: 11 97144-4166

Periodicidade: Diária

Exemplar do dia: R\$ 3,50

Agências de notícias

Agência Brasil - EBC

Notícias Agrícolas

Folhapress

Governo de São Paulo

Prefeitura de São Paulo

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br

Site: www.jornalodiasp.com.br

CNC: endividamento das famílias sobe para 82%, mas inadimplência cai

O indicador que mede a proporção de famílias que têm dívidas, em atraso ou não, chegou a 82% em julho, marcando o maior patamar já registrado pelo sexto mês seguido. Em junho, o índice era 81,6%; enquanto, em julho do ano passado, 78,5%.

No entanto, a parcela de famílias com dívidas atrasadas, a chamada inadimplência, recuou para 29,8% em julho. No mês anterior, estava em 29,9%, e, há um ano, em 30%.

O tempo médio de pagamento em atraso das contas ficou em 64,6 dias em julho, mostrando trajetória de queda desde abril, quando estava em 65,1 dias.

Os dados fazem parte da Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), divulgada na quinta-feira (6) pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O levantamento é feito com 18 mil famílias de todo o país. São levadas em consideração dívidas com cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, cheque pré-datado e prestações de carro e casa.

Orçamento comprometido

A pesquisa mostra que as famílias têm, em média, 29,5% do orçamento atrelado a dívidas. O tempo médio de comprometimento com dívida ficou em 7,2 meses. Um ano atrás, era 7,1 meses.



A CNC ressalta que dívida não é necessariamente um comportamento financeiro negativo, uma vez que é uma forma de direcionar dinheiro para o consumo, o que aquece a economia como um todo.

No entanto, a instituição adverte que o índice de endividamento preocupa quando as famílias começam a apresentar dificuldade na capacidade de honrar os pagamentos.

O levantamento revela que o cartão de crédito é o grande responsável pelo endividamento das famílias, chegando a mais de 85% dos endividados.

Outras dívidas: 2,5%
Cheque pré-datado: 0,2%

Faixas de renda

Os números da CNC mostram que o endividamento está mais presente nas famílias de renda mais baixa: 84,9% dos lares que recebem até três salários mínimos têm dívidas.

Já nas famílias com renda superior a dez mínimos, a proporção diminui a 72%.

Em relação à inadimplência, a condição atinge 38,5% das famílias mais pobres e 15,1% das mais ricas.

Redução da Selic

A pesquisa de endividamento foi divulgada no dia seguinte à decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) anunciar a redução da taxa básica de juros da economia, a Selic, de 14,25% para 14% ao ano.

Os juros estão mantidos em patamar elevado como forma de combater a inflação, uma vez que juro alto encarece o crédito e, consequentemente, desestimula o consumo.

Para o economista-chefe da CNC, Fabio Bentes, a redução da taxa Selic é um passo importante para melhorar as condições de crédito, mas sem efeitos imediatos.

“A decisão de reduzir os juros básicos tende a contribuir para a diminuição do custo das novas operações de crédito e para a renegociação de dívidas em condições mais favoráveis”, indica.

Fabio Bentes pondera que o “elevado comprometimento da renda” mostra que a recuperação da capacidade de consumo das famílias será gradual.

“A continuidade do processo de flexibilização monetária [queda dos juros], condicionada ao comportamento da inflação, poderá ajudar a aliviar o orçamento doméstico e reduzir a pressão financeira principalmente sobre as famílias de menor renda”, prevê.

Projeção

A CNC projeta que o indicador de endividamento das famílias deve seguir em alta nos próximos três meses, atingindo 82,6% em setembro. A mesma trajetória vale para o percentual de inadimplentes, fechando setembro em 30,3%. (Agência Brasil)

Brasiliana
Maurício Picazo Galhardo



Então olhei para o Brasil e vi o campo...

- Quero saber apresenta:

“... preço do trigo sobe no Paraná com oferta restrita e preocupação com o clima. Os preços do trigo no Paraná voltaram ao mesmo patamar registrado em agosto de 2025, considerando os valores corrigidos pela inflação. A alta é resultado da oferta limitada de grãos disponíveis no mercado à vista. De acordo com pesquisadores do Cepea (Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada), a necessidade de recomposição dos estoques levou compradores a aumentar gradualmente as ofertas para garantir lotes de melhor qualidade. Apesar disso, os produtores ainda têm pouca disponibilidade de trigo da safra 2025, o que mantém os negócios em ritmo lento e pontual. Além da oferta reduzida, o mercado também passou a sentir os primeiros efeitos do fenômeno El Niño na última semana de julho. O elevado volume de chuvas e os ventos intensos colocaram produtores da Região Sul em estado de atenção quanto ao desenvolvimento das lavouras. Segundo o Cepea, a combinação entre a escassez de trigo disponível e as incertezas provocadas pelas condições climáticas impulsionou o preço, especialmente no mercado de balcão do Paraná...” (Fonte: Cepea.esalq.usp)



Durigan diz que aumento da dívida decorre dos juros, não dos gastos

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse que o aumento da dívida brasileira não se deve ao aumento de gastos, e sim aos juros altos que são cobrados no país. Segundo ele, isso ocorre por conta da necessidade de o governo pagar dívidas antigas com títulos novos, o que implica em mais pagamento de juros.

A declaração do ministro foi dada em entrevista à Globonews na quinta-feira (6). Ele explicou

que, de fato, há relação entre a questão fiscal e os juros, mas que há também outros fatores decisivos que acabam por influenciar as altas taxas cobradas no Brasil.

Perguntado sobre se os gastos do governo favorecem o cenário de juros altos, o ministro garantiu que “o governo não está gastando mais do que arrecada”.

“O que acontece é que estamos pagando dívidas antigas com títulos novos. É, portanto,

na gestão da dívida que estamos aumentando a dívida. É na rolagem da dívida, e não nos gastos”, complementou.

Em julho, dados divulgados pelo Tesouro Nacional mostram que a emissão forte de títulos vinculados à Taxa Selic, os juros básicos da economia, fez a Dívida Pública Federal (DPF) subir em junho, superando os R\$ 9,2 trilhões.

Durigan reiterou que os juros

elevados são o principal fator por trás do aumento do endividamento público.

“Claro que vamos continuar atuando para melhorar o resultado fiscal do país”, disse ao destacar que, do ponto de vista econômico, o país está muito bem, “com o melhor resultado de inflação da história” e as agências internacionais de risco melhorando cada vez mais as avaliações sobre o país. (Agência Brasil)

Redução da taxa de juros ainda é insuficiente, avaliam entidades

O quarto corte consecutivo na Taxa Selic, definido na quarta-feira (5) pelo Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC), foi bem recebido por agentes econômicos, mas ainda é considerado insuficiente e restritivo para a expansão do setor industrial.

Em nota, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan) ressaltou que a continuidade do ciclo de redução da Selic representa um sinal positivo para a atividade econômica, mas que o nível ainda elevado da taxa mantém o crédito caro e atrai investimentos.

“O elevado custo de capital posterga investimentos, dificulta a modernização produtiva e limita a capacidade das empresas brasileiras de ganhar produtividade e competir nos mercados interno e externo. Esse quadro se reflete no desempenho da indústria de transformação, que cresceu apenas 0,4% no primeiro semestre do ano, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)”, disse a entidade.

Na mesma linha, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) lembrou que os juros estão em patamar restritivo há 55 meses, e que Selic está 3,6 pontos percentuais acima da taxa calculada com base na Regra de Taylor, estimada em 10,4%. Esta regra permite calcular uma taxa de juros que proporcione o controle da inflação sem desestimar o crescimento da economia.

“A taxa de juros real, aproximadamente de 10%, supera com folga a taxa de equilíbrio estimada pelo próprio Banco Central, de 5%, indicando que há espaço para cortes mais expressivos na Selic, sem prejuízos no combate à inflação”.

Entre as organizações de trabalhadores, a Força Sindical também classificou como insuficiente a redução de 0,25 ponto percentual na Selic. Para a central sindical, juros elevados encarecem o crédito, reduzem investimentos, desestimulam o consumo e comprometem a geração de empregos.

“Perdemos uma excelente oportunidade de promover uma redução drástica da taxa de juros, dar uma injeção de ânimo no setor produtivo e alavancar mais a economia”, disse a entidade, em nota.

Expectativa

Gestor de portfólio da Oby Capital, Camilo Cavalcanti avaliou que o Copom manteve a mensagem de que a magnitude total do ciclo de redução dos juros ainda será definida à luz de novos dados, sem qualquer pré-compromisso, e reforçou o balanço de riscos assimétrico para cima.

“No fechamento do comunicado, o Copom passou a citar explicitamente a desancoragem das expectativas e os riscos elevados em torno do cenário-base como justificativa para ‘serenidade e cautela’ na condução da política monetária. Diante desse contraste entre um cenário corrente mais favorável e uma comunicação prospectiva ainda cautelosa, avaliamos que o Copom ainda mantém aberta a possibilidade de continuidade do ciclo de cortes de juros na próxima reunião, mas resalta os argumentos para uma pausa”, observou.

Copom

O Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) reduziu na quarta-feira (5) em 0,25 ponto percentual a Taxa Selic, a taxa básica de juros da economia brasileira, que passará de 14,25% para 14% ao ano.

Esta é a quarta vez consecutiva que o comitê reduz os juros. A decisão foi tomada em reunião na sede do BC, em Brasília.

Segundo a instituição, o novo ajuste gradual de menos 0,25 ponto é compatível com a estratégia de convergência da inflação para o redor da meta no próximo período.

Sobre o ambiente externo, o BC voltou a apontar o cenário de indefinição acerca dos conflitos armados no Oriente Médio e da incerteza sobre a política monetária em algumas economias avançadas. (Agência Brasil)

Entidade acusa Meta de lucrar com anúncios falsos do Desenrola Brasil e pede investigação

A entidade de direitos digitais Ctrl+Z pediu à AGU (Advocacia-Geral da União) e ao Ministério da Justiça a investigação sobre a Meta por anúncios falsos sobre o programa de renegociação de dívidas Desenrola Brasil veiculados em Facebook, Instagram e WhatsApp.

Segundo a organização, a empresa foi omissa na retirada das propagandas fraudulentas e lucrou com a circulação delas.

Os pedidos têm como base levantamento do NetLab, laboratório da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro) especializado em estudos sobre internet. De acordo com o estudo, 48 páginas veicularam nas redes da Meta 544 anúncios fraudulentos sobre renegociação de dívidas pelo governo entre 1º de abril e 14 de junho deste ano.

Segundo o estudo, os primeiros anúncios foram identificados em 9 de abril, quase um mês antes do lançamento do Desenrola (4 de maio). Um dia após o anúncio do programa, houve um pico de propagandas falsas, com 113 publicações mapeadas.

Além do novo Desenrola, as postagens apresentavam um suposto programa chamado Libera Brasil, cujas condições de negociação seriam mais vantajosas em comparação às oferecidas pelo outro programa.

Procurada, a Meta disse que não permite atividades fraudulentas e que remove anúncios enganosos assim que são identificados. Segundo a empresa, a remoção tem acontecido nas

postagens envolvendo o Desenrola Brasil.

“Recomendamos que as pessoas nunca compartilhem informações de login e denunciem, pelas próprias plataformas, quaisquer atividades suspeitas. A Meta reforça ainda que coopere e responda a requisições das autoridades nos termos da legislação aplicável”, afirma.

O levantamento do NetLab aponta que 72% das postagens mapeadas usam nome ou imagem ligados ao governo federal (35,7%), o que configura crime de acordo com o Código Penal, ou a marcas privadas, em especial a do Serasa (32,4%). Além disso, o uso de inteligência artificial foi identificado em 38,1% dos anúncios.

A IA é usada na produção dos chamados deepfakes, vídeos falsos com a imagem de figuras conhecidas (políticos, influenciadores e jornalistas) convocando os usuários das redes sociais a aderir aos programas de renegociação.

A pesquisadora Nicole Sanchotene, coordenadora do NetLab, diz que o objetivo final dos anúncios fraudulentos nem sempre é levar o usuário a fornecer dados ou dinheiro.

“Em alguns casos, os anúncios até levam o usuário para um site oficial no final. Mas até chegar lá, há um labirinto de publicidade. E nesse caso é a publicidade por clique, por visualização”, afirma.

Segundo ela, o benefício financeiro dos supostos anunciantes vem, também, do tráfego

por sites criados para veicular as propagandas.

Os questionamentos feitos à Meta pela Ctrl+Z e pelo estudo do NetLab residem no fato de a empresa não só permitir a circulação de anúncios fraudulentos, mas também lucrar com eles, já que os golpistas pagam para veicular as publicações no ecossistema da big tech.

Para Luã Cruz, advogado diretor de litigância estratégica da Ctrl+Z, ao permitir a circulação de propagandas enganosas, a empresa se torna parceira dos golpistas, uma vez que mantém o próprio faturamento.

A arrecadação com anúncios falsos é a justificativa para a acusação de enriquecimento ilícito feita pela Ctrl+Z. No documento encaminhado à AGU, a entidade pede a anexação do novo estudo do NetLab aos autos da ação civil pública movida pelo órgão contra a dona do Facebook.

No processo, a AGU cita outro estudo do laboratório da UFRJ, e afirma que a companhia de tecnologia obteve receita com a venda de 1.770 anúncios cujo objetivo era promover informações falsas sobre valores a receber e sobre as regras de envio de informações de transações via Pix à Receita Federal.

Procurada pela reportagem, a AGU informou em nota ter conhecimento do estudo do NetLab. O órgão disse que irá se inteirar do conteúdo e adotar medidas necessárias.

“A AGU ressalta que já vem atuando de forma preventiva e

repressiva no combate a fraudes digitais envolvendo políticas públicas, inclusive perante diversas plataformas”, conclui a nota da assessoria.

Outro questionamento feito pelo órgão federal e retomado pela entidade de direitos digitais diz respeito à violação dos direitos do consumidor pela Meta. Segundo as organizações, a empresa norte-americana falha na fiscalização e moderação de conteúdo fraudulento e permite a chegada de propagandas enganosas aos usuários.

Na visão do diretor da Ctrl+Z, uma empresa com tamanho arrecadação e capacidade tecnológica deveria ser capaz de coibir postagens fraudulentas com maior eficiência.

As regras de publicidade nas redes sociais estabelecidas pelo ECA digital são, segundo Cruz, um bom exemplo de regulamentação. No entanto, ele afirma que a proibição de propaganda enganosa ou abusiva pelo Código de Defesa do Consumidor já seria suficiente para punir as empresas de tecnologia.

Em junho de 2025, o STF (Supremo Tribunal Federal) definiu que as empresas de tecnologia podem ser punidas caso não removam de forma proativa, antes de determinação judicial, publicações ilícitas. Em junho deste ano, a corte flexibilizou o entendimento e determinou que as plataformas de redes sociais não serão punidas caso proven haver dúvida razoável sobre os conteúdos supostamente ilícitos. (Folhapress)

Lei garante frete mínimo no transporte de cargas; saiba o que muda

Justiça suspende sanções do MEC contra cursos de medicina mal avaliados no Enamed

A Justiça Federal suspendeu, em decisão liminar (provisória), as sanções aplicadas às universidades que tiveram cursos de medicina com resultados considerados insuficientes no Enamed (Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica).

A decisão é da presidente do TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região), desembargadora Maria do Carmo Cardoso, e suspendeu uma sentença anterior que considerava legal a utilização dos resultados da prova para impor sanções às universidades.

A decisão, concedida na quarta-feira (5), atende a um pedido de suspensão feito pela Abmes (Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior) e pela Abrafi (Associação Brasileira das Faculdades).

A Folha de S. Paulo procurou o MEC (Ministério da Educação) no início da tarde da quinta-feira (6), mas não obteve resposta até a publicação deste texto.

Os resultados do Enamed foram divulgados em janeiro deste ano. Dos 350 cursos de medicina com resultados divulgados, 107 tiveram notas 1 e 2 —consideradas insuficientes e passíveis de processos de supervisão e sanções por parte do governo federal.

A supervisão e a imposição de penalidades atingem 99 cursos de medicina, que são aqueles sobre os quais recaem os poderes regulatórios do MEC. A maior parte dos cursos com nota baixa está em instituições privadas (87),

com ou sem fins lucrativos.

Desde a divulgação dos resultados, as entidades representativas das faculdades privadas passaram a criticar a avaliação. Na ocasião, eles alegaram não ter tido tempo adequado para preparar os alunos para o novo modelo da prova. Também contestaram a exposição pública das instituições com notas baixas.

Argumentaram ainda que o tamanho das turmas e o elevado número de matrículas no setor privado afetam negativamente as notas médias dessas instituições.

Na decisão, a desembargadora defende um dos argumentos usados pelas entidades de que a metodologia do cálculo da nota foi definida após a aplicação da prova. Elas também questionaram a ausência da divulgação prévia dos critérios usados.

Para a desembargadora, a continuidade das sanções com base nos resultados do Enamed tem "inequívoco potencial de gerar prejuízos graves e de difícil reparação às instituições representadas pelas requerentes, bem como aos candidatos".

Em nota, a Abmes afirmou que, embora a decisão tenha caráter provisório, é uma "valiosa janela de oportunidade" para que o diálogo com o MEC avance para sanar os problemas metodológicos e de transparência identificados na edição de 2025. Assim, esperam que haja tempo hábil para as mudanças necessárias para o exame que será aplicado neste ano. (Folhapress)

Axia Energia afirma que setor elétrico já sente primeiros efeitos do El Niño

A Axia (ex-Eletrobras) afirmou na quinta-feira (6) que o setor elétrico brasileiro já sente os primeiros efeitos do fenômeno El Niño, com aumento das chuvas no Sul. Em julho, o volume de precipitações sobre os reservatórios da região foi o maior para o mês em dez anos, disse a empresa.

Em teleconferência com analistas para detalhar o lucro de R\$ 1,2 bilhão no segundo trimestre, a empresa diz que se prepara para enfrentar eventos extremos como parte de um plano de resiliência climática iniciado em 2023.

Diferentes instituições já preveem um El Niño forte em 2026, o que pode provocar impacto em variados setores da economia. Para o setor elétrico, a expectativa é de maior uso de térmicas e, como consequência, aumento na conta de luz.

Esse cenário ocorrerá em caso de seca prolongada sobre os reservatórios das regiões Norte e Nordeste e de aumento da temperatura no Sudeste, o que eleva o consumo de energia. No Sul, geralmente, o problema são as fortes chuvas.

Segundo o ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), o volume de chuvas registradas sobre os reservatórios da região Sul nas duas últimas semanas de julho foi quase quatro vezes acima da média histórica. A previsão para agosto é que fique em quase o dobro da média.

Em junho, o operador emitiu

alerta para os operadores de hidrelétricas na região, determinando que se preparem para as fortes chuvas. O ONS também iniciou um esquema especial para usar mais energia dessas usinas, ajudando a poupar água nos reservatórios do Sudeste.

Atualmente, os reservatórios da região Sul estão com cerca de 85% de sua capacidade média de armazenamento de energia. Algumas usinas de cabeceira —como Santa Clara, no rio Iguaçu, e São Roque, no rio Uruguai— ultrapassaram 100%.

"Já percebemos o aumento das chuvas na região Sul", disse aos analistas o vice-presidente de Regulação, Institucional e Mercado da Axia, Rodrigo Limp. Um dos impactos sobre o negócio foi a queda do preço da energia na região.

A empresa diz que 60% de seus ativos já foram contemplados pelo plano de adaptação a mudanças climáticas, que deve ser concluído em 2028. Destacou ainda que tem um centro de monitoramento dos ativos com uso de inteligência artificial para antecipar eventos extremos.

A Axia tem 80 usinas de geração de energia e opera 74 mil quilômetros de linhas de transmissão, que podem ser afetadas por tempestades e incêndios. Para a companhia, o cenário será de volatilidade de preços no segundo semestre, já que há muitas incertezas sobre o real impacto do El Niño. (Folhapress)

Lei sancionada na quarta-feira (5) traz garantias ao pagamento do piso mínimo do frete a motoristas no transporte rodoviário de cargas. O texto aumenta a fiscalização sobre o pagamento do frete e combate o comércio ilegal de mercadorias.

A lei obriga a apresentação

do Código Identificador da Operação de Transporte (CIOT) antes de o caminhão iniciar a viagem.

O CIOT garantirá, segundo a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), que todas as contratações de frete paguem o piso mínimo. Caso contrário, o

código não será emitido e fretes irregulares serão bloqueados ainda na fase de contratação.

O código está vinculado ao Manifesto Eletrônico de Documentos Fiscais. De acordo com a ANTT, a fiscalização do cumprimento das novas regras será automática e em larga escala. Des-

sa forma, o CIOT também é um mecanismo de combate ao comércio ilegal, de produtos sem nota fiscal.

Com a sanção pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a medida provisória editada em março vira uma regra permanente. (Agência Brasil)

Leilões de petróleo em outubro terão recorde de áreas em disputa

A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) afirmou na quinta-feira (6) que as licitações de exploração de petróleo no país marcarão para outubro terão número recorde de áreas em disputa. A Agência é a responsável por organizar esses leilões.

Dois certames estão marcados para 7 de outubro: o chamado 4º Ciclo de Partilha, que abrange áreas do pré-sal, vai ofertar 13 blocos. O do 6º Ciclo de Concessão, que licita as demais áreas de exploração, tem 22 setores em disputa.

A relação completa das áreas de partilha e de concessão foi publicada no Diário Oficial da União.

Foram incluídos setores ou blocos que receberam declaração de interesse de pelo menos uma empresa de petróleo, desde que a companhia também tenha manifestado garantia de oferta.

Os 22 setores do leilão de concessão receberam, até o momento, declaração de interesse com garantia de oferta de 12 empresas. Os 13 blocos do leilão de partilha têm a manifestação de seis empresas.

Próximos passos

A ANP explica que, até 31 de agosto, empresas que ainda não tenham ou que já tenham decla-



Foto: Rafael Neldner/ABR

rado interesse podem ainda demonstrar interesse em outros setores ou blocos, ampliando a participação nos leilões.

As que não cumprirem esse procedimento até o fim do prazo podem participar da disputa por meio de consórcio com empresas que se habilitaram.

Leilões anteriores

Em outubro do ano passado, o 3º Ciclo da Oferta de Partilha terminou com cinco dos sete blocos em disputa arrematados. Na ocasião os bônus de assinatura chegaram a quase 104 bilhões e previsão de investimento mínimo na fase de exploração de R\$ 451,5 milhões.

O leilão do 5º Ciclo da Oferta de Concessão ocorreu em junho

de 2025, com assinatura de 34 contratos de concessão de blocos. A arrecadação de bônus de assinatura foi de cerca de R\$ 989 milhões, com investimentos mínimos estimados em R\$ 1,5 bilhão na fase de exploração.

Partilha x concessão

Descoberto há 20 anos, o petróleo do pré-sal mostrou-se tão significativo para o potencial de produção brasileiro que levou o governo a mudar, em 2010, o regime que autorizava as empresas a explorar a riqueza submersa.

Dessa forma, nas áreas de pré-sal vigora o regime de partilha. Nesse modelo, a produção de óleo excedente (saldo após pagamento dos custos) é dividida entre a empresa e a União.

Famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para bets em 2025

As famílias brasileiras perderam R\$ 62,5 bilhões para as bets no ano passado. O montante corresponde ao valor líquido, ou seja, à diferença entre o dinheiro apostado e o devolvido em forma de prêmio. Este valor equivale a uma média de R\$ 4,7 bilhões por mês, considerando o período de outubro de 2024 a março de 2026.

As perdas equivalem a 0,68% da Renda Nacional Disponível Bruta das Famílias e consideram as transferências feitas por Pix para as casas de apostas. No

mesmo período, as bets movimentaram quase R\$ 351 bilhões em transações via Pix.

Os dados constam do Boletim Fiscal dos Estados, divulgado nesta quinta-feira (6) pelo Comitê Nacional de Secretários de Fazenda (Comsefaz), com base em estatísticas de pagamentos do Banco Central.

O estudo mostra que, desde a regulamentação das bets, em janeiro do ano passado, houve mudança no volume de transferências via Pix destinadas ao setor de artes, cultura, esporte e

recreação, indicando maior comprometimento da renda das famílias com as apostas.

A lei que regulamentou as bets determina que as empresas bloqueiem o acesso de usuários identificados como compulsivos. Segundo o advogado Júlio Leone, porém, isso não tem ocorrido.

"Quando é detectado que a pessoa tem ludopatia, que é viciada, compulsiva em apostas, o algoritmo deveria travar a conta dela. Mas faz o contrário: manda mais bônus, mais vouchers, mais incentivos para que ela continue

apostando. É aí que ela perde todo o capital."

O boletim mostra ainda que, desde outubro do ano passado, quando entrou em vigor a proibição de apostas para beneficiários do Bolsa Família, houve desaceleração no ritmo das transações.

Segundo o Comsefaz, o resultado indica que a medida teve efeitos concretos sobre o volume agregado de transações, sugerindo que as famílias de menor renda tinham participação significativa no mercado de apostas. (Agência Brasil)

STJ condena ministro Marco Buzzi a perda de cargo por crimes sexuais

O plenário do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu na quinta-feira (6) colocar à disposição o cargo do ministro Marco Buzzi, mantendo seu afastamento das funções. Ele foi acusado de crimes sexuais por duas mulheres.

A decisão pela condenação foi unânime, com aprovação dos 28 ministros que participaram da votação. Quatro, contudo, votaram pela pena de aposentadoria compulsória, pena menos grave que não implica a perda de cargo. Neste ponto, ficaram vencidos os ministros João Otávio de Noronha, Moura Ribeiro, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria.

A aplicação da pena de disponibilidade com perda de cargo a um magistrado brasileiro é inédita, sendo a primeira vez que isso ocorre após o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ter regulamentado a medida como nova pena máxima para juízes que cometam faltas graves, nesta semana.

O julgamento ocorreu a portas fechadas e começou por volta das 9h30 desta quinta, com as

foi feita por uma jovem de 18 anos, filha de um casal de amigos, que disse ter sido alvo de uma abordagem do ministro durante um banho de mar quando ela era hóspede em sua casa de praia.

Em seguida, uma servidora também afirmou ter sido vítima de assédio sexual dentro do gabinete.

O caso foi julgado após a conclusão de uma sindicância realizada por três ministros do STJ. Buzzi nega qualquer comportamento criminoso ou inadequado. Ele esteve presente no julgamento, sentado ao lado dos advogados, e não na cadeira de ministro que ocupou por 14 anos.

Por meio de nota, a defesa de Buzzi disse que respeita a decisão dos ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ), mas discorda dos argumentos utilizados para fundamentar a condenação.

"Este é um caso sensível, de grande comoção pública e que envolve um problema social de extrema relevância para o país.

Foram reunidas inúmeras provas que mostram que os fatos relatados pelas denunciante ou não aconteceram ou não poderiam ter ocorrido, diante dos elementos objetivos constantes dos autos.", informou.

Entenda a perda de cargo

A mudança de posição da PGR ocorre pouco depois de o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) incluir em resolução a previsão de disponibilidade com possível perda de cargo como pena máxima para juízes punidos por faltas graves.

Pelas regras aprovadas nesta semana pelo CNJ, caso o magistrado receba a pena máxima, ele continua afastado do cargo, com salário proporcional ao tempo de serviço.

A partir disso, a perda efetiva do cargo e dos vencimentos fica condicionada à abertura de uma nova ação judicial pela Advocacia-Geral da União (AGU), conforme procedimento estabelecido pelo STF neste ano. (Agência Brasil)

Prouni abre prazo para comprovar informações da inscrição

Lei prorroga uso do FGTS em hospitais filantrópicos ligados ao SUS



Uma lei sancionada na quinta-feira (6) prorroga até 2030 o prazo para aplicação de recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) em operações de crédito destinadas a hospitais filantrópicos e santas casas de misericórdia que atuam no Sistema Único de Saúde (SUS). O prazo anterior havia sido encerrado em 2022.

O Projeto de Lei (PL) 2.465/2026 foi aprovado pelo Senado no dia 15 de julho.

O texto sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva reabre o Programa Caixa Hospitais FGTS, linha de crédito especial que utiliza recursos do fundo para financiar santas casas, hospitais filantrópicos e instituições sem fins lucrativos

que atendem pessoas com deficiência e prestem serviços de forma complementar ao SUS.

Dados do Ministério da Saúde indicam que as santas casas e os hospitais filantrópicos contribuem atualmente com 77% do total de unidades que compõem a rede de prevenção, diagnóstico e cuidado ao câncer.

"A sanção de forma integral desse projeto de lei é um marco histórico porque dá conta de um pleito antigo das santas casas: que elas fossem reconhecidas, na ação do financiamento, com as mesmas condições, os mesmos juros das áreas de habitação e saneamento", avaliou o ministro da Saúde, Alexandre Padilha. (Agência Brasil)

Está aberto o prazo para que os estudantes pré-selecionados na segunda chamada do Programa Universidade para Todos (Prouni) referente ao segundo semestre de 2026 comprovem as informações da inscrição.

A confirmação deve ser feita diretamente junto à instituição privada de ensino superior onde foi pré-selecionado, até o próximo dia 14.

Para saber se está na segunda chamada do Prouni, basta acessar a parte do Prouni no Portal Único de Acesso ao Ensino Superior. A lista foi divulgada na quarta-feira (5).

O Prouni oferece bolsas de estudo integrais (que custeiam 100% do valor da mensalidade) e bolsas parciais (50%) em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior.

Documentação

A documentação comprobatória exigida está descrita no edital do processo seletivo. Estão incluídos comprovante de rendimentos do estudante e dos integrantes de sua família, compro-

vante dos períodos letivos referentes ao ensino médio cursado e, quando for o caso, laudo médico que ateste a espécie e o grau da deficiência.

A faculdade privada onde o candidato foi pré-selecionado poderá escolher se a documentação poderá ser entregue presencialmente ou deverá ser encaminhada por meio virtual eletrônico.

Neste caso, a instituição deverá disponibilizar em suas páginas eletrônicas na internet campo específico para o encaminhamento do material.

No momento em que receber os documentos dos candidatos à bolsa, a instituição deverá emitir um documento que confirme a entrega.

A instituição ainda poderá solicitar documentos complementares, quando necessário.

Nova oportunidade

Os candidatos que, até o momento, não foram pré-selecionados em nenhuma das duas chamadas do Prouni do segundo semestre terão nova oportunidade por meio da lista de espera.

Para participar dessa etapa,



Foto: Rada Nedelmeier/ABR

será necessário manifestar interesse nos dias 26 e 27 de agosto.

A divulgação do resultado da lista de espera será no dia 1º de setembro, e a comprovação das informações de inscrição dos pré-selecionados deverá ser feita entre 1º e 14 de setembro.

Bolsas de estudo

Neste segundo semestre, o programa federal oferece 471.304 bolsas de estudos parciais e integrais, em 380 cursos de graduação de 879 instituições privadas de ensino superior.

Do total de bolsas ofertadas,

19.725 foram integrais e 251.579 parciais.

Ações afirmativas

O programa reserva vagas a candidatos que atendem aos critérios da política de ações afirmativas do programa, incluindo pessoas com deficiência e candidatos autodeclarados indígenas, pretos ou pardos.

Para pessoas com deficiência, foram ofertadas 35.365 bolsas; para pretos, pardos e indígenas 188.880; e, para a ampla concorrência, as demais 247.059 bolsas de estudo. (Agência Brasil)

Mais de 830 mil celulares foram subtraídos em 2025, aponta relatório

O Brasil registrou 830.890 roubos ou furtos de celulares em 2025 – 9% menos que as 909.753 subtrações de aparelhos registradas em 2024.

De acordo com o 20º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, os roubos recuaram 18,6% (de 377.787 para 308.723), enquanto os furtos cresceram 0,9% (de 477.326 para 483.561).

Na maioria das vezes, o furto acontece sem que a vítima perceba imediatamente, sobretudo em locais movimentados e no transporte público. Essa modalidade já responde por 61% das ocorrências de subtração de celulares. O avanço de 0,9% em um ano, elevou a média para aproximadamente 1.325 registros por dia em 2025.

O aparelho celular é considerado o principal meio de comunicação do brasileiro – com aplicativos de bancos, pagamentos via pix, agenda de contatos, calendário de eventos e tantos outros aplicativos e funcionalidades. Por isso, quando um aparelho é furtado ou roubado, isso impacta o orçamento da vítima.

Esse impacto consta na pesquisa Expansão de Seguros Inclusivos em Comunidades Periféricas, realizada pela Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg) e pelo Instituto Locomotiva.

Entre os entrevistados, 60% disseram já ter o celular levado ou conviver com alguém que passou por essa situação sem conseguir comprar outro imediatamente. Ao mesmo tempo, 53% das famílias

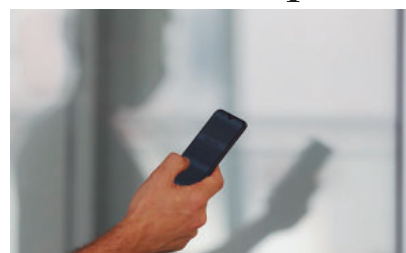


Foto: Tânia Rêgo/Agência Brasil

não cobrem todas as despesas básicas do mês, 36% pagam as contas sem nenhuma sobra e apenas 11% terminam o mês com algum recurso disponível.

Nesse cenário, a reposição inesperada de outro aparelho pode exigir emendimentos ou o uso de recursos destinados a alimentação, transporte e moradia. Para quem depende do telefone para receber pedidos, atender clientes, fazer pagamentos ou acessar plataformas digitais, o prejuízo inclui também dias ou semanas de renda comprometida.

O equipamento físico é apenas parte do interesse dos criminosos. Aplicativos bancários, carteiras digitais, documentos e dados pessoais podem ser usados para transferências, empréstimos, invasão de redes sociais e golpes bancários, conhecidos como seguro Pix, oferecendo camadas complementares de proteção.

Datafolha, realizada em março de 2026, mostrou que 78,8% da população teme ter o celular roubado ou furtado; o receio de golpes pela internet ou pelo telefone chega a 83,2%.

A resposta, portanto, exige duas frentes: bloquear o aparelho, a linha, as contas bancárias e os acessos vinculados ao dispositivo; e lidar com o custo de reposição e a eventual interrupção das atividades que dependem dele.

Para o presidente da Comissão de Seguros Gerais Afins da Federação Nacional de Seguros Gerais (FenSeg), Sidemar Sprincino, a ampliação do risco exige uma visão integrada.

"Quando o celular é levado, o prejuízo pode ir muito além do valor do equipamento. O seguro para celular e o seguro contra golpes bancários, conhecido como seguro Pix, oferecem camadas complementares de proteção.

o primeiro pode amparar a reposição do aparelho; o segundo, prejuízos decorrentes do uso fraudulento de aplicativos bancários ou de transferências sob coação, sempre nas situações previstas na apólice", afirma.

No seguro celular, a cobertura pode incluir roubo, furto qualificado e danos acidentais, conforme a contratação. Já o chamado seguro Pix pode prevenir transferências sob coação, como em situações de ameaça, roubo ou sequestro, além de modalidades específicas de fraude eletrônica. A proteção não é automática para todo tipo de golpe ou transferência voluntária: eventos cobertos, limites e exclusões variam entre as apólices.

Cuidados

Antes de contratar, o consumidor deve comparar prêmio, franquia, critérios de indenização, eventual depreciação do aparelho, documentos exigidos e exclusões.

Furto simples e furto qualificado, por exemplo, podem receber tratamentos diferentes. Também é importante considerar o valor e o tempo de uso do celular e se ele é indispensável ao trabalho ou ao estudo.

O seguro não impede o crime nem substitui os cuidados de segurança digital, mas pode reduzir o impacto de uma perda repentina e evitar que o consumidor tenha que absorver sozinho um prejuízo capaz de desorganizar o orçamento familiar. (Agência Brasil)

Lei que aumenta punição a crimes digitais contra crianças é sancionada



Foto: Bruno Torres/ABR

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou, na quinta-feira (6), a lei que amplia a atuação da polícia em meios digitais e aumenta a punição para crimes de pornografia com uso de inteligência artificial envolvendo crianças e adolescentes. O Congresso Nacional concluiu a aprovação do texto em julho.

A lei endurece a pena do aliciamento quando houver uso de inteligência artificial (IA), deepfake, perfis falsos, promessa de vantagem ou aproveitamento de relação de confiança.

O objetivo é coibir criminosos, sobretudo os sexuais, de usarem a tecnologia para enganar e atrair crianças para exploração e abusos delas.

"A liberdade de expressão não pode ser confundida com genocídio, violência, assassinação. Esse é o exercício da democracia plena. Por mais liberdade que a gente tenha, a gente tem que ter limite. E o limite é não ferir a liberdade do outro", disse Lula.

O presidente ainda afirmou que é dever do Estado se responsabilizar e criar condições de punição para qualquer pessoa que use os vários recursos do mundo digital e da tecnologia para cometer crimes.

Aumento de penas

Para os crimes de produção, reprodução, direção, fotografia, filmagem ou registro de conteúdo de violência sexual contra criança ou adolescente, assim como a sua venda ou exposição, a pena passa de 4 a 8 anos de reclusão para 4 a 10 anos de reclusão.

A pena é aumentada em um terço se a venda ou exposição ocorrer por meio da internet e das redes sociais.

Além destas medidas, o PL

aumenta a punição para quem oferece, troca, disponibiliza, transmite, distribui, publica ou divulga material de violência sexual contra criança ou adolescente. A pena nestes casos passa de 3 a 6 anos de reclusão para 4 a 10 anos de reclusão.

A pena atual para quem adquire, possui ou armazena esse tipo de material é de 1 a 4 anos de reclusão. O projeto aumenta essa punição para 3 a 6 anos de reclusão.

Em todos esses casos já era prevista multa além da reclusão, e a lei sancionada manteve essa previsão.

Inteligência artificial

O uso de inteligência artificial na prática dos crimes aumenta as penas de um terço a dois terços. Esse aumento de penas também é aplicado no uso de deepfake (quando a tecnologia simula de forma realista o rosto e a voz de uma pessoa), perfis falsos, jogos online e redes sociais para aliciamento de crianças e adolescentes.

Quando uma pessoa se aproveita de uma relação de convivência pessoal, autoridade, cuidado ou convivência familiar para praticar violência contra a criança ou adolescente, a pena também aumenta de um terço a dois terços.

Proteção

Além da repressão penal, o projeto contém medidas de proteção às vítimas. O texto prevê que crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência sexual terão direito a atendimento psicológico e psicossocial individual, especializado, contínuo e integral. (Agência Brasil)

Leis do licenciamento ambiental são inconstitucionais, avalia DPU



Foto: Roberto Vitor/Contrasto/ABR

A Defensoria Pública da União (DPU) levou ao Supremo Tribunal Federal uma manifestação para defender a inconstitucionalidade do novo marco legal do licenciamento ambiental.

A instituição pede para atuar como amicus curiae (amigo da Corte) no julgamento das três ações diretas de inconstitucionalidade (ADIs) que contestam a Lei Geral do Licenciamento Ambiental (nº 15.190/2025) e a Lei da Licença Ambiental Especial (15.300/2025).

Em vigor desde fevereiro, a Lei Geral do Licenciamento Ambiental foi sancionada com 63 vetos pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Os vetos, no entanto, foram derrubados pelo Congresso Nacional. Entre as

mudanças previstas na norma está a dispensa da avaliação do impacto ambiental e a possibilidade de um processo simplificado de licenciamento para atividades de médio impacto.

Os processos na Corte foram iniciados por partidos políticos e organizações sociais que apontam inconstitucionalidade em diversos artigos da Lei Geral. Nos pedidos à Justiça, os requerentes apontam que as violações são reforçadas pela Lei da Licença Ambiental Especial, em vigor por ter tido origem em uma medida provisória que visava complementar a Lei Geral.

Se aceita pelo ministro relator no STF, Alexandre de Moraes, a condição de amicus curiae permitirá que informações forne-

cidas pela DPU possam subsidiar a Corte no processo de julgamento de grande impacto para a sociedade.

Nos argumentos apresentados ao ministro, a DPU defende que as recentes mudanças na legislação configuram uma alteração profunda do modelo de proteção ambiental, concebido pela Constituição Federal.

Para a Defensoria, a mudança promove ainda uma inversão de valores, que impõe condições aos direitos fundamentais e à proteção do meio ambiente, a partir das necessidades de expansão de empreendimentos e exploração econômica, "sob o disfarce da simplificação administrativa e da promoção do desenvolvimento econômico".

De acordo com o documento, o licenciamento ambiental nunca teve a finalidade de dificultar atividades econômicas, e sim de "compatibilizar o desenvolvimento com a proteção da vida, da saúde, do patrimônio cultural, da biodiversidade e dos direitos territoriais dos povos indígenas, das comunidades quilombolas e dos demais povos e comunidades tradicionais".

A DPU aponta ainda que, ao

inverter as prioridades, as leis em questão reduzem essa capacidade do licenciamento ambiental ao dispensar ou simplificar as análises sobre empreendimentos potencialmente degradadores. Além disso, impõem prejuízos à participação social ao restringir a atuação de órgãos técnicos.

Os impactos apontados pelos defensores públicos vão de degradação dos recursos naturais, perda de territórios tradicionais e deslocamento forçado de populações ao agravamento dos conflitos socioambientais.

Com esses argumentos, a DPU pede a admissão da condição de amicus curiae, o recebimento das contribuições para o julgamento das ações e o acolhimento dos fundamentos apresentados.

"A flexibilização do licenciamento, especialmente quando reduz a participação da Funai [Fundação Nacional dos Povos Indígenas], dispensa estudos técnicos ou limita a avaliação dos impactos indiretos, expõe esses povos a riscos incompatíveis com a Constituição e com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro", conclui o documento. (Agência Brasil)